

4ª Sessão do Seminário História Religiosa Moderna - 15/6/2010 - apresentação

O clero regular em África - Manuel Lobato (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa)

Na apresentação inicial que fiz do Seminário deste ano, procurei deixar claro que as perspectivas de análise a que, de acordo com o programa esboçado, submeteríamos o nosso olhar relativamente ao campo de análise proposto eram basicamente quatro: os agentes da cristianização, os métodos e os instrumentos dessa cristianização, as estruturas de enquadramento criadas para o efeito e a importância da religião do processo de construção e consumação do império.

Na primeira sessão, aproveitando as pesquisas de Ângela Barreto Xavier centrámos a indagação a Oriente, que não foi, bem entendido, a etapa inicial da diáspora portuguesa, e avaliámos o assunto sobretudo na perspectiva dos métodos e dos instrumentos de enquadramento, nos debates sobre as perspectivas de abordagem da cristianização no império entre "rotinas historiográficas e paisagens invisíveis" - para retomar a sua iluminadora expressão -, e da importância da noção de "contaminação" para entender melhor todo este processo

Na segunda, a partir do denso e inovador percurso de leitura proposto pelo Giuseppe Marcocci, o que se realçou foi o papel da teologia na construção de uma doutrina, de ideias e estratégias a propósito dos caminhos religiosos que se deviam afirmar no império, ou seja, privilegiou-se o vector da importância do cristianismo no processo de construção e consumação do império.

Na última sessão, graças às instigantes e seguras reflexões de Federico Palomo fomos conduzidos a uma viagem territorialmente mais ampla para discutir, basicamente, métodos e instrumentos de cristianização, em particular a missionação e a importância da escrita (como era produzida, pensada e que efeitos tinha).

Hoje mudaremos o norte. Tanto geográfico como problemático. África tornar-se-á o centro e os agentes da cristianização a substância da análise.

É sabido como só muito tardiamente se começaram a instalar em África estruturas diocesanas de enquadramento religioso. Desde 1456,

pela bula *Inter coetere*, concedera-se à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual em todos os territórios portugueses fora do continente, que na prática era o vigário de Tomar que exercitava. Esta situação só foi alterada em 1514 com a criação da diocese do Funchal, cujo bispo passou a governar as possessões ultramarinas portuguesas. Posteriormente, foi-se erigindo uma rede diocesana. Foi logo no século XV que se instauraram as primeiras dioceses portuguesas no Norte de África. Primeiro Ceuta, em 1420, depois Tânger, com bispo titular desde 1468, finalmente Safim, em 1499.

A partir de 1514, portanto, a diocese de Funchal estendia a sua jurisdição desde as ilhas atlânticas até ao Oriente. Mas em 1533/34 foi dividida em cinco partes com a criação das dioceses de Cabo Verde, Angra, Goa e S. Tomé, a primeira criada em 1533 e as restantes três em Novembro de 1534. Mais de meio século depois, em Maio de 1596, pela bula *Super Specula*, de Clemente VIII, surgiu a primeira diocese na região ocidental do continente africano, a diocese do Congo. Até ao momento da sua criação estes territórios haviam sido da jurisdição do Funchal e depois de Cabo Verde. Mais tarde, a partir de 1628, os bispos passaram a residir em Luanda.

O que quero dizer com isto é que este foi um território onde a presença de uma Igreja diocesana estruturada foi tardia, inicialmente muito negligente, pois até meados do século XVI o absentismo episcopal era a norma. Para além disso a administração episcopal actuou com enorme escassez de meios humanos e materiais. A malha do clero secular afecta ao serviço paroquial, pode dizer-se, em África terá sido empre deficitária para cobrir as necessidades. Se no reino havia "chusmas de clérigos", para usar expressão coeva, a maioria dos quais não possuía benefícios estáveis, no império a sua carência era gritante.

Digo isto para sublinhar a importância absolutamente decisiva do clero regular no processo de difusão e enraizamento do cristianismo nestas paragens, onde, em Cabo Verde, é conhecida a presença de franciscanos pelo menos desde 1466, e no século XVII, sobretudo depois da criação em 1622 da Propaganda fide, era importante a presença de capuchos italianos na zona do Congo/Angola. Pois é deste clero regular, numa perspectiva global que hoje nos falará o Manuel Lobato.

Não tenho a pretensão sobre estas matérias que tão mal conheço de impôr nenhum questionário prévio à abordagem que ele nos trará. Mas gostava de deixar algumas perguntas que eventualmente podem ajudar a guiar o inquérito.

Desde logo a da demografia e da distribuição geográfica das ordens. É possível ter informação sobre os quantitativos de regulares que se foram instalando nas diversas zonas de África? E saber de ritmos evolutivos dessa mesma demografia? Aparentemente seríamos levados a supor que no século XVIII os quantitativos de regulares em África seriam maiores do que no século XVI. Mas seria de facto assim?

Já quanto à distribuição geográfica também era útil saber que ordens se estabeleceram e onde. E enraizaram-se com a construção de casas próprias? Qual era a malha dos conventos existentes? Tinha ela algum poder atrator de naturais, tanto descendentes de colonos portugueses, como nativos? E se não se instalavam em residências fixas como viviam? Eram apoiados pelas estruturas diocesanas, pelas poderes seculares locais, pelas famílias mais distintas? Por outro lado, importará também aferir até que ponto as geografias diferenciadas (tanto do ponto de vista das diferentes populações que foi necessário cristianizar, quanto da óptica das distintas congregações que se envolveram no processo) determinaram ou não alterações significativas, tanto na experiência dos cristianizadores, como na dimensão do cristianismo entre os receptores desta cristianização.

Um terceiro núcleo de questões prende-se com a sociologia de recrutamento destes agentes. Não sendo nativos, na sua maioria, de onde eram originários? Havia algum recrutamento específico entre algumas ordens regulares para se apetrecharem de quem quisesse demandar África a missionar? Ou os religiosos, em função dos votos de obediência pura e simplesmente se submetiam às decisões dos seus superiores. E estes, estabeleceriam alguma cooperação entre si, ou a ocupação de territórios e a resolução das necessidades fazia-se à margem de qualquer interlocução e cooperação entre as distintas ordens. É sabido que para muitos jovens do tempo o desafio da missão podia ser um impulso de vocações e de ingresso nas ordens. Mas não haveria também os que pelos perigos das viagens, pela histórias de chacinas praticadas contra alguns missionários hesitariam

em integrar estes contingentes?

Outro ponto a indagar é o da formação destes clérigos. Recebiam eles uma formação específica durante o seu noviciado ou em fases posteriores, para depois poderem enfrentar melhor os desafios da evangelização africana? Existiam no seio dos institutos religiosos normas, programas, bibliotecas, no fundo saberes/conhecimento específicos que fosse administrados a quem se tinha a expectativa de que seria enviado para África? Se havia que saberes eram esses? Eram de natureza geográfica, ensino de línguas, informações sobre hábitos e crenças dos povos nativos, comportamentos, isto é, regras sociais de conduta que se deviam ter, ou, pelo contrário tudo se centrava na aprendizagem do cristianismo e dos preceitos que se pretendiam impor às populações locais? E eram variados em função dos territórios para onde iam os missionários. Perguntado de outra forma: um franciscano, ou agostinho que partia para África tinha uma preparação distinta do seu confrade que demandava o Oriente ou o Brasil?

Interessante questão é também a de saber como se relacionavam as ordens entre si e com outros poderes instalados, tanto na esfera eclesiástica como secular. Uma questão colocada de forma simples é esta: as ordens que actuaram em África foram na maior parte dos casos cúmplices e colaboradoras de um processo de cristianização que era indispensável para a própria afirmação da presença imperial portuguesa ou foram antes temidas rivais umas das outras? E que apoio tiveram e deram às estruturas diocesanas, nomeadamente ao episcopado? Houve regulares que foram aproveitados para a rede do clero paroquial? Se sim, que problemas jurisdicionais não pode ter levantado essa situação, pois um prelado não tinha poder sobre um regular. Para além do episcopado havia ainda que sondar a relação que podem ter tido com a Inquisição. Foram usados por ela para a melhoria da capacidade de territorialização da acção do Tribunal da Fé? Isto é foram agentes ao serviço da Inquisição? Ou, em função das suas actuações que por vezes resvalariam para alguma heterodoxia, não houve regulares que, precisamente por causa do modo como exerciam a missão foram denunciados ao Tribunal da Fé? E que apoios tiveram do poder secular, da coroa e dos agentes que localmente as representavam? Recebiam subvenções? Sob que forma?

E como eram recebidos os regulares pelas populações locais? Tinha o clero regular uma actuação mais forte junto dos autóctones ou também sobre as populações brancas de origem portuguesa? E que tipo de cristianismo quiseram difundir? O culto de certos santos, de relíquias específicas, formas concretas de devoção foram estimuladas pelos regulares? Que influência podem ter tido na construção da vivência cristã das populações africanas?

Em suma, poderia alargar-me neste questionário. Ele não é uma imposição, mas apenas uma proposta de dúvidas que podem ter alguma pertinência para sondar o problema que hoje temos para enfrentar: o da presença do clero regular em África.

Mas obviamente que não é mim que compete regular este questionário e, muito menos, responder a este ou a qualquer outro. Essa é a tarefa do Manuel Lobato, a quem passo a palavra.

José Pedro Paiva